

ENTRE O DISCURSO E A PRÁXIS: O *OUTRO* NAS DISPUTAS SUBJETIVAS PELA APLICAÇÃO DA LEI

10639/03

Alisson Gomes da Silva Nogueira¹

Resumo: O presente artigo se propõe a tecer uma breve reflexão acerca da emergência de sujeitos periféricos quando da consolidação do capitalismo, onde sua organização em meados do século XX e início do século XXI ganham destaque com a conquista de políticas públicas que, minimamente, se propusessem a representá-los. Tomando como objeto a implementação da lei 10.639/03, pensamos como a estrutura racializada brasileira está inserida em uma lógica de manutenção de privilégios históricos na sociedade e como esta vem sendo rompida com a organização de movimentos sociais que resistem e subvertem essa estrutura. Para isso, partimos de pressupostos teóricos tratados por autores como Maria Nazaré Mota de Lima, James Williams, Franz Fanon e Cuti, os quais dão suporte ao projeto de pesquisa de mestrado O Currículo Escolar e o Diálogo com a Lei 10.639/03: o Caso do Centro Educacional Cruzalmense, que se propõe a avaliar a implementação da lei 10639/03 em uma escola pública do município de Cruz das Almas—BA.

Palavras-Chave: Subjetividade. Raça. Educação.

O LUGAR DO CAPITAL.

Sociedade em choque eu vim pra incomodar
Aqui o santo é forte, é melhor se acostumar
Quem foi que disse que isso aqui não era pra mim se equivocou
Fui eu quem criei, vivi, escolhi me descobri e agora aqui estou
Não aceito cheque já te aviso não me teste
Se merece então não pede pra fazer algo que preste
Quem é ligeiro investe não só fala também veste
Juiz de internet caga se espalhando feito peste
Se não tá no meu lugar então não fale meu.

(Karol Conka)²

A ascensão do sistema econômico capitalista no início do século XVI e sua consolidação no século XIX, sem dúvidas, se configura como um marco na modificação e naturalização de uma série de estruturas sociais. Não há como pensarmos a produção artística, cultural, política e econômica dos Estados que se pretendiam modernos, nem os que se formariam entre estes séculos, distante do contexto de consolidação do monopólio econômico capitalista.

Obviamente que ao pensarmos sobre os ditames da produção intelectualizada e da construção do saber neste íterim de séculos, somos levados a refletir acerca dos deslocamentos de concepções teológicas para as concepções teleológicas de produção científica que marcaram o início da Idade Moderna e Contemporânea. Neste sentido, o conhecimento emerge como uma problemática que tem centralidade nas concepções de centro e periferia que ocuparão o modo de fazer e de ser das

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (UNEB), turma 2016. Endereço eletrônico: alissonnogueira15@yahoo.com.br.

² Trecho da música “É o poder”, interpretada por Carol Conka, composta por Tropkillaz.

sociedades ocidentais e ocidentalizadas³, bem como a forma como produzem e consomem conhecimento.

Eric J. Hobsbawn, historiador marxista britânico, ao remontar em sua obra *A Era do Capital* a ascensão e consolidação do capitalismo na Europa a partir das Revoluções burguesas do final século XVIII e início do XIX, nos dá informações valiosas acerca da reconfiguração espacial das cidades europeias neste período. Para ele, não há como compreendermos esta reorganização do espaço, bem como das relações sociais advindas destes processos, apenas a partir de uma análise sobre o avanço industrial. Essa análise não daria conta de compreender o impacto do capitalismo nas relações sociais que foram ganhando corpo a partir da industrialização dos espaços urbanos. (HOBSBAWN, 2011, p. 318). A compreensão do sucesso capitalista vai muito além da lógica de produção fabril. Sobretudo quando o vemos a partir de uma ótica ampla, onde são produzidos, não apenas utensílios, mas indivíduos dotados de saberes específicos voltados para obtenção do lucro e garantia de uma estrutura hierarquizada condicionante de lugares sociais estabelecidos a fim de manterem a lógica de apropriação do capital por grupos minoritários da sociedade. E como bem afirmou Hobsbawn, essa apropriação era em favor de uma burguesia ascendente desde as Revoluções liberais do século XIX.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitizados e certamente menos perigosos. (HOBSBAWN, 2011, p. 322).

O projeto modernizador capitalista que se implantou na Europa pós-Revolução Industrial, materializado na organização do espaço físico das cidades, não foi um fato que ficou restrito apenas ao continente europeu. É necessário localizar este processo no tempo e refletir acerca do projeto imperialista que vigora na sociedade ocidental em fins do século XIX e início do XX. E para isso, tentamos perceber como essa lógica de organização dos espaços físicos das cidades cumprem papel preponderante na inclusão da sociedade brasileira no eixo das sociedades modernas no final do século XIX, e mais do que isso, perceber esse projeto modernizador a partir de seu amparo em teorias racializadas que constroem os lugares sociais e os espaços de sociabilidade de maneira

³ Compreendemos aqui como sociedades ocidentalizadas aquelas que foram envolvidas num processo de colonização cuja prática de dominação foi construída em bases etnocêntricas e racializadas. Neste sentido, ainda, entendemos o ocidente não como uma característica apenas geográfica, mas que é dotada de um lugar histórico de poder onde as Nações Europeias foram protagonistas nos processos de colonização.

hierarquizada e excludente. A periferia é assim constituída de noções espaciais, mas que são abarcadas por noções de um corpo social que acaba por ocupar este espaço.

Hobsbawn traçou seu estudo a partir das noções marxistas de compreensão da estrutura social, pós Revoluções burguesas, partindo da hierarquização das estruturas em classes sociais. Obviamente que essa leitura leva em consideração abordagens teórico-conceituais que dão conta de compreender as relações sociais a partir dos modos de produção vivenciados pelos indivíduos numa sociedade capitalista. A lógica de produção e o lugar ocupado pelos indivíduos nessa estrutura demarcaria o lugar social destes na sociedade. No entanto, deixa de perceber as produções que transgridam a imposição do regime capitalista, que continuam a existir de maneira resistente e contínua, mesmo que em menor escala.

Embora sua abordagem seja deveras importante e considerável, tentamos ampliar essa investida do capital na regulação da vida social dos indivíduos. Levando em consideração as complexas relações que atravessam as noções de classe provenientes do sistema capitalista e analisadas pelos teóricos marxistas. Para nós, a concepção de classe torna-se mais complexa quando levamos em consideração as hierarquias que a atravessam, sobretudo quando passamos a analisar categorias como Gênero e Raça. Por isso, optamos por enviesar nosso estudo partindo, não da concepção de classe, que tão costumeiramente tem sido utilizada para compreender as transformações sociais imersas na lógica do capitalismo, mas das relações de poder que atravessam a sociedade como um todo, criando hierarquias subjetivas e identidades híbridas que têm norteado a “produção de resistência” na sociedade contemporânea.

Por isso enveredamos pelas noções pós-estruturalistas e descoloniais para tentar compreender melhor as disputas em torno do reconhecimento de construções imagético discursivas e materiais de grupos sociais que questionam o sistema capitalista em sua essência. Nesse sentido, entendemos a insurgência das concepções pós-estruturalistas como oriundas da instauração de um caos advindo da crise vivenciada pela sociedade ocidental nas décadas de 1950 e início de 1960 quando paradigmas políticos, econômicos e sociais começaram a entrar em colapso. É a ideia de não fixação de identidades e de ideologias, impulsionadas por ideias de dismantelamento dos discursos hegemônicos e pelas noções de desconstrução que trazem à tona o complexo e diverso jogo de poder que nortearam a sociedade ocidental capitalista até então. É o momento de visibilidade de uma produção “alternativa” de maneira crítica àquela aceita e naturalizada nos Estados modernos. (JAMESON, 2004, p. 27). Como bem definiu James Williams, em texto intitulado *Pós-Estruturalismo*,

Um aspecto do pós-estruturalismo é seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições estabelecidas. Ele pode ajudar em lutas contra a discriminação em termos de sexo ou

gênero, contra inclusões e exclusões com base em raça, experiências prévias, *background*, classe ou riqueza. Ele alerta contra a violência, às vezes ostensiva, às vezes oculta, de valores estabelecidos como uma moral estabelecida, um cânone artístico ou uma estrutura legal fixada. Cumpre notar que isso não significa que ele os negue; antes, ele trabalha dentro deles pelo melhor. (WILLIAMS, 2013, p. 17).

Cabe ressaltarmos que, embora tenhamos apontado aqui as noções de reorganização da estrutura dos Estados modernos na Europa, a partir da perspectiva de Hobsbawn, esta ideia de modernização, tomando como parâmetro este continente, reverberou no Brasil durante os séculos XIX e XX. Vemos isso, sobretudo nos projetos higienistas e de industrialização, que acabaram por ser orientados por perspectivas racializadas. Assim as noções de periferia e marginalidade começaram a ganhar fórum no Brasil, sendo construída as periferias geográficas, ocupadas por uma periferia social que ganhou status de marginalidade. E não há como não relacionarmos esse constructo espacial das teorias raciais que atravessaram a história do Brasil.

2. A CONSTITUIÇÃO DE UMA PERIFERIA ÉTNICO-RACIAL.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]. (FOUCAULT, 2009, p. 9).

É na ordem do discurso que vemos emergir, primordialmente a estrutura social. É por meio da produção discursiva que as hierarquias e lugares de poder são construídos, e sobremaneira, na reprodução destes que ocorre o processo de naturalização.

Partimos do pressuposto de que o século XX insurge como momento de deslocamento e desterritorialização da produção do saber. No Brasil vivemos um século em que os conflitos teóricos, metodológicos e as políticas de Estado, vivenciaram disputas diversas, onde, de um lado estão ideologicamente voltadas para a construção de um Estado de exceção travestido de um Estado Democrático de Direito, e de outro, vemos segmentos políticos e culturais buscarem outros tipos de representação. Ao passo que o Século XX nos aponta o fato de a Nação brasileira encontrar-se em momento de construção e consolidação de um governo Republicano, no campo do saber intelectualizado vemos o surgimento, transformação e superação de uma série de posicionamentos acerca da condição de humanidade de sujeitos históricos cuja trajetória foi destinada às sarjetas políticas e sociais na construção da sociedade.

Nos referimos aqui as noções de *branqueamento* e *mestiçagem* que atravessaram o século coexistindo nos bancos acadêmicos e nas políticas de Estado. Pensamos, o fato de estas noções

teórico-conceituais estarem diretamente relacionadas ao imaginário de uma identidade que se pretendia nacional e que no reverberar de um Estado Republicano se fazia necessário. Neste sentido, Renato Ortiz, ao se referir à mestiçagem e seu caráter mitológico fundante em nossa nação, em texto intitulado *Cultura brasileira e identidade nacional* pensou esta, como dotada de representação ‘real e simbólica’. Para ele, a ideia de mestiçagem refere-se em fatos concretos a condições sociais e históricas onde as questões referentes a etnias que se formaram no país simbolicamente, agem em conformismo com projetos de criação do sentimento nacionalista, que deveriam ser dispersos e, ao mesmo tempo, estariam concatenados à construção da nação. (ORTIZ, 2006). Eram as *neuroses*, de que nos fala Fanon, em *Peles negras, Máscaras brancas*, ocupando não apenas o imaginário, mas a realidade de muitas e muitos, negras e negros, no Brasil. Os ‘mestiços’ deveriam se inserir numa sociedade branca a fim de ascender socialmente, e para o imaginário social teriam mais chances do que os negros de pele escura.

Assim, a Nação brasileira veio se constituindo como uma zona de conflito étnico-racial, onde quem está em lugar de poder delibera sobre todas as instâncias possíveis a fim de dizer quem é e em que espaços o ‘outro’ deve existir, bem como se relacionar. O Estado-Nação brasileiro se consolidou como um Estado onde as representações são brancas. São essas organizações geoespaciais oriundas da consolidação do capitalismo em nossa sociedade que ampliam as noções de periferia, embora a conheçamos mesmo antes de a entendermos como território de identidade⁴.

Boaventura de Souza Santos, na introdução de seu texto *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, por exemplo, nos faz refletir acerca de como o capitalismo não surgiu e se consolidou sem a coexistência de modos de produções alternativas que resistiam à imposição das estruturas capitalistas. Para ele, “A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas” (Santos, 2000, p. 23. Apud SANTOS, 2005, p. 25). Assim, a organização social nas estruturas segmentadas da sociedade é perpassada por uma intensa produção que se propõe resistente, onde os protagonistas são os ocupantes das classes subalternizadas e por assim dizer marginais, que são perpassadas por uma intensa construção racial.

A população negra, mesmo objetivada e marginalizada no processo de construção da nação, produziu modos de ser e agir que funcionaram como maneiras de sobreviver a ordem hegemonicamente construída. Essas estratégias de sobrevivência ocuparam os mais diversos campos de existência em sociedade. O campo de produção do saber, os modos de trabalho, as estratégias de

⁴ Entendemos aqui como território de identidade o espaço físico que passa a ganhar notoriedade e noções de pertencimento por aqueles que residem nestes espaços.

manutenção cultural, todos estes campos que lhes eram negados foram apropriados e 'marginalmente' ocupados por esta população que se encontrava nas periferias do existir.

Essa apropriação marcou a resistência negra e foi responsável pela emergência de referências e referenciais para que, no século XXI, obtivéssemos políticas públicas que se propusessem a reparar mais de três séculos de subalternização e exclusão da população negra no Brasil, as quais foram submetidas a expropriações diversas de sua maneira de ser e estar no mundo, em favorecimento da apropriação, manutenção e ampliação da estrutura capitalista no Brasil.

A POPULAÇÃO NEGRA E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/03

Na minha história Rapunzel tem dread
Ela é negra e é Rastafári
Não precisa de um príncipe pra se salvar
Ela é empoderada e pode o mundo conquistar
No seu cabelo dread tinha força e poder
Sua beleza africana não tinha o que dizer
Essa história eu inventei, porque não vi princesa assim
Só me mostraram uma, ah, isso não dá pra mim.
(MC. Soffia)

“[...] injeta-se representações nas mães, nas crianças – como parte do processo de produção subjetiva”. (GUATARRI/ROLNIK, 1986, p. 25). É justamente, como nos apontou Guatarri e Rolnik, em texto intitulado Subjetividade e História⁵, na representação, ou na falta dela, que as identidades e os lugares sociais preestabelecidos são construídos, solidificados e naturalizados na sociedade, construindo, assim, subjetividades diversas. Para estes autores, não mais consideramos a produção da subjetividade como sendo apenas um caso de superestrutura, dependente de estruturas pesadas de produção das relações sociais, tomando como ponto de partida a produção de subjetividade como matéria-prima da evolução das forças produtivas. Por assim dizer, é interessante pensarmos que há relação direta entre o que nos chega como informação e a prática. Sendo que as produções de significados na sociedade são oriundas das máquinas de controle social que criam discursos e o dispersam de modo a favorecerem grupos sociais que já estão em lugares de poder, e por assim dizer, garantem a sua permanência. (GUATARRI/ROLNIK, 1986, p. 25-27).

Tomando como ponto de partida essa produção de subjetividade, que permeou a construção do ser e existir na sociedade brasileira, e levando-se em consideração os modos de produção discursivo e material, buscamos compreender como uma estrutura racista se consolidou em nossa

⁵ O texto em questão está localizado no livro GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

sociedade. Cuti, em texto intitulado *Literatura Negro-Brasileira*, nos aponta que “O século XIX marca o período da nacionalidade brasileira, com a Independência, a Abolição e a República. A crítica literária brasileira não podia ficar à margem do processo, pois fazia e faz parte do conjunto das relações sociais”. (CUTI, 2010, p. 15). A partir deste fato entendemos que é no campo da linguagem que a pretensa nacionalidade brasileira é construída, portanto no campo da superestrutura. Assim, movimentos estéticos e literários, tanto os que se pretendiam nacionais como os transplantados da Europa, construíram um arcabouço imagético discursivo de quem é o negro na sociedade brasileira, bem como o seu lugar social. Veremos na literatura, como nos aponta Cuti, a relação entre imaginário social e teorias racializadas provenientes do século XIX, mas que ocuparam o imaginário social brasileiro até meados do século XX. Assim, “Realismo, Naturalismo e Parnasianismo (e Modernismo)⁶, cada um a seu modo, também vão enfatizar a nacionalidade, empregando elementos locais”. (CUTI, 2010, p. 16). Essa nacionalidade será composta por uma lógica harmoniosa entre os povos que aqui residiam, com os colonizadores e com os que foram trazidos forçosamente do continente africano. É a manifestação, na literatura, do conceito de *mestiçagem*, tão defendido por teóricos da primeira metade do século XX, que forma um só povo entrelaçado de forma pacífica e cujos sujeitos (os mestiços) carregariam o lugar privilegiado de salvadores da pátria. Estes livrariam o país da barbárie, já que ainda conviviam com a “incivilidade⁷”. Assim o Brasil se apresentava para o mundo como modelo de relações raciais, já que vivíamos uma democracia, onde as diferenças eram resguardadas e asseguradas de modo a suplantarem as violências e conflitos que permeavam/permeiam as relações políticas e econômicas no país. (Silva, 2000, p. 99).

Essas ideias sobre o negro, que permearam o imaginário nacional brasileiro no início da República, contribuíram para a solidificação de estruturas de poder que faziam do negro o sujeito de periferia, sujeito da periferia e sujeito periférico. E em paralelo este sujeito, negro, não poderia ocupar outros lugares que não o do trabalho. O pós-abolição, por assim dizer, não passou de uma permanência. O lugar do negro era o trabalho, e sair deste lugar de trabalho (diga-se de passagem, este lugar é o do trabalhador braçal, lavrador, empregadas domésticas, vendedores ambulantes, sem

⁶ O modernismo não é incluído por Cuti em sua análise, no entanto o incluímos aqui a partir de um aprofundamento teórico desenvolvido por Osmar Moreira em texto já citado anteriormente acerca deste movimento e de seu caráter conservador.

⁷ Ainda sobre a questão do branqueamento e o caráter degenerativo que o negro representava para os intelectuais do século XIX e início do século XX, ver:
SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1993. 287 p ISBN 85-7164-329-6: (Broch.) p. 99.
SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? In Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, Jul./ dez. 2000.

possibilidades outras que o desejo pudesse alcançar) pressupunha, como nos apontou Frantz Fanon, tornar-se branco. (FANON, 2008, p. 28).

As representações da população negra, em todo o processo de construção do conhecimento foi a do subserviente, e mesmo que vozes negras insurgissem para questionar a ideia de si projetada na sociedade, eram silenciados e dificilmente reverberava. O século XX naturalizou estes papéis, naturalizou os lugares de poder, no entanto, não ocorreu sem a representação de sujeitos periféricos que, aos poucos, faziam ecoar o seu grito questionador da ordem. Não sem resistência essas imagens foram construídas, fosse no ressoar dos atabaques nos barracões dos candomblés, fosse nos cabelos crespos que resistiam ferozmente aos alisamentos para promover aceitação, fosse na subversão da ordem, fosse na inserção de negras e negros na ordem do dia promovendo uma contravenção social.

E foi justamente nessa perspectiva de construção de uma outra perspectiva histórica, na intenção de salvaguardar as representações não naturalizadas da cultura negro-brasileira e africana, que em 2003, se constituiu um marco legal para a educação nacional. A lei 10.639/03, tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas da rede básica de ensino, bem como nas universidades brasileiras. Vemos este marco legal como fruto de uma luta histórica, carregada de resistência e de empoderamento dos grupos subalternizados. Embora a legislação não seja o fim último, esta é uma conquista que marca uma série de enfrentamentos que datam do início da república brasileira, como a organização dos movimentos negros na década de 1950, e mais ainda, fruto das subversões da ordem que marcaram a história de nosso país desde as fugas de escravizados e o agrupamento dos mesmos criando outras formas de organização e produção que transgrediam a ordem imposta pelos regimes políticos e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “PRODUZINDO PARA VIVER”.

Na televisão
A verdade não importa
É negro, favelado, então tava de pistola
Três dias de tortura
Numa sala cheia de rato
É assim que eles tratam o bandido, favelado
Bandido rico e poderoso
Tem cela separada
Tratamento vip e delação premiada
(MC. Carol)

No ano de 2004, para subsidiar e impulsionar a aplicação da lei 10639/03, o ministério da educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da cultura Afro-brasileira e Africana. Sua justificativa está em

[...] cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.(BRASIL, 2004, p. 9)

Pontuamos aqui a legislação, por entendê-la como parte de enfrentamentos que ocuparam, por décadas, o cerne da resistência negra, sobretudo no período pós-abolição. Entendemos ainda, que se configura enquanto materialização dos gritos de revolta que ecoaram durante todo o século XX e que só no início do XXI obtiveram representação e representatividade na construção de políticas públicas que se propusessem a romper com a construção de subjetividades que naturalizaram o racismo na sociedade brasileira. Elenaldo Teixeira, em texto intitulado *As dimensões da participação cidadã*, nos informa que por mais que as noções de Estado estejam em crise, não é suficiente para que as demandas sociais sejam representadas e vejam suas questões solucionadas, por isso ocorre a emergência de movimentos sociais que se propõe a tencionar o Estado e a buscar solucionar as demandas por vias não institucionalizadas (Teixeira, 1997, p. 180). E dessa justamente sob a insurgência desses movimentos que a lei 10.639/03 foi conquistada. Teixeira nos aponta, ainda, que

Segmentos sociais se organizam não apenas em torno de necessidades materiais ou de realização de políticas públicas que atendam às carências, mas em busca de seu reconhecimento como sujeito, de construção e efetivação de direitos e de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado. (TEIXEIRA, 1997, p. 180).

Neste sentido é que percebemos o marco legal como fruto da organização do movimento negro e de enfrentamento histórico da população negro-brasileira desde as décadas de 1950 e 1960. Vale ainda ressaltarmos o protagonismo da educação na promoção da igualdade pretendida. Quando Maria Nazaré Mota de Lima, logo no início de seu texto, *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*, nos aponta que “A educação se caracteriza como espaço onde ocorrem regulações simbólicas, controles sociais, inculcação de valores, como também posturas éticas diante do mundo natural”, nos aponta a potencialidade e necessidade do espaço escolar no processo de desconstrução de noções naturalizadas sobre as relações étnico-raciais. Para ela, pensar as mudanças sociais é, sobremaneira, pensar o espaço de formação nas escolas. (LIMA, 2015, p. 17). Assim entendemos que a escola detém lugar de promoção da desconstrução, sobretudo pensando a desconstrução material posterior a desconstrução no âmbito da linguagem. E um passo a ser dado, como bem demonstrado por Lima, é pensar a noção de diversidade a partir de seu viés cultural, o

que demonstra ser um caminho possível na promoção e reconhecimento das diversidades inerente aos indivíduos. E neste sentido, o processo de desconstrução das relações étnico-raciais, a partir das noções de diferença,

[...] tende a uma crítica da vida cotidiana, nas suas múltiplas dimensões, correlacionando contexto e perspectivas, visões de mundo, conhecimentos de diversas ordens. Assim desperta-se para algo que já está presente no dia a dia, e que sempre esteve presente na história, mas foi ocultado nas práticas sociais, inclusive na escola, negado aos sujeitos da educação. (LIMA, 2015, p. 119).

Quando pensamos a produção literária de grupos negros, percebemos que está carregada de denúncia, agindo como maneira de desnudar os processos cotidianos enfrentados pela população negro-brasileira, funcionando como ‘espelho’ ou tentativa de reprodução de sua visão de mundo, reveladoras de uma série de preconceitos e discriminações. Embora muitos autores, entre 1940 e 1980, se dedicassem a trazer às produções negro-brasileira ao cenário intelectual como valiosas e consideráveis, apenas em 1980 veremos as vozes dos negros ecoarem de si. (SILVAR, 2008, p. 1)⁸. Embora sempre presentes enquanto representação, apenas os brancos detinham a representatividade. Ocupar o lugar de quem fala de si, foi o primeiro passo para que novas possibilidades se constituíssem para a população negro-brasileira. Não bastava que o Negro fosse objeto, ou conteúdo, era necessária que estes sujeitos fossem vistos enquanto produtores. Afinal, a reorganização do Estado perpassando pelo âmbito educacional carecia de outras referências que não as canônicas. Era fundamental que detivesse o poder de representação de si e que por conseguinte funcionaria como referência para tantos outros.

Quando Guatarri, em texto intitulado *Subjetividade e história*, nos aponta para o fato de que há um direcionamento político bem demarcado para que a subjetividade seja produzida em escala coletiva, não como somatória de indivíduos que tem algo em comum, mas um interesse comum que acaba sendo partilhado e construído como única via possível, nos remete a ideia de que houve e há, nos processos que se propõem descoloniais, agenciamentos extremamente necessários, onde a criação de referências e o reconhecimento de referenciais se apresentam de maneira preponderante para a eficácia do processo. (GUATARRI, 1986, p. 29).

A aprovação da legislação configurou-se como incentivo a desconstrução de toda uma ordem social construída historicamente, mas sobretudo, institucionalmente dá possibilidades de visibilidade a uma produção artística, literária, cultural de grupos sociais que foram silenciados. Vemos por

⁸ SILVAR, Mário Augusto Medeiros da. *Literatura Negra como Literatura Marginal: Brasil, 1980*. XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações, Convergências. USP – São Paulo, Brasil. 2008.

exemplo a obra de Carolina Maria de Jesus passar, mesmo que minimamente, a ser conhecida. Vemos emergir outras histórias sobre a população negra, desde o deslocamento colonial até o Brasil. Vemos ainda permear os livros didáticos histórias de impérios africanos que nunca antes foram tratados ou mesmo conhecidos pela nação brasileira.

REFERÊNCIAS

CUTI. *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

FANON, Frantz. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2004. p.27-79.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

SANTOS, Boaventura dos. Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 23-32.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. In: *Caderno CRH*, n. 26/27. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1997. p. 180-209.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Trad. Caio Liudvik. Petrópolis: Vozes, 2013.

